



GUIA SOBRE:

**PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA IDENTIFICAÇÃO
E REGISTROS DE ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS
INTERNAMENTE NAS ICTs.**

AUTORES: EDISON SOUZA LESSA
ANDRÉ LUIS ROCHA DE SOUZA
MARIA VALESCA DAMÁSIO DE CARVALHO SILVA



GUIA SOBRE:

**PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA IDENTIFICAÇÃO E REGISTROS
DE ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE NAS ICTS.**

REITORA

LUZIA MATOS MOTA

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

IVANILDO ANTÔNIO DOS SANTOS

COORDENADORA DO PROFNIT/IFBA

RITA MARIA WESTE NANO CARVALHO

AUTORES

EDISON SOUZA LESSA

ANDRÉ LUIS ROCHA DE SOUZA

MARIA VALESCA DAMÁSIO DE CARVALHO SILVA

IFBA/2024

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS
DO IFBA, COM OS DADOS FORNECIDOS PELO (A) AUTOR(A)

L638c Souza Lessa, Edison

Cartilha: procedimentos básicos para identificação de registros de ativos intangíveis gerados internamente nas ICTs / Edison Souza Lessa; orientador André Luis Rocha de Souza; coorientadora Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva -- Salvador : IFBA, 2024.

27f. p.

Dissertação (PROFNIT - Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) -- Instituto Federal da Bahia, 2024.

1. Registro de ativos intangíveis. 2. Propriedade Intelectual (PI). 3. Técnicas contábeis. 4. Mensuração. 5. Controle. I. Rocha de Souza, André Luis, orient. II. Damásio de Carvalho Silva, Maria Valesca, coorient. III. TÍTULO.

CDD:657.3

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Fluxograma para Registro, Controle e Evidenciação de Intangíveis Produzidos Internamente no IFBA	10
FIGURA 2	Registro de Despesa Fase de Pesquisa	12
FIGURA 3	Lançamento da Aba Principal com Orçamento	13
FIGURA 4	Registro de Ativo Intangível em Desenvolvimento Geração Interna Aba Dados Básicos	15
FIGURA 5	Lançamento da Aba Outros Lançamento Geração Interna	15
FIGURA 6	Reconhecimento Inicial Ativo Intangível Geração Interna – Transferência	16
FIGURA 7	Lançamento da Aba Outros Lançamento Apropriação de Intangível Geração Interna	16
FIGURA 8	Registro de Amortização Ativo Intangível com Vida Útil Definida	17
FIGURA 9	Lançamento da Aba Outros Lançamento Apropriação de Amortização	18
FIGURA 10	Registro de Reavaliação Ativo Intangível	19
FIGURA 11	Lançamento da Aba Outros Lançamento Reavaliação do Intangível	19
FIGURA 12	Registro de Desreconhecimento Baixa Ativo Intangível	20
FIGURA 13	Lançamento da Aba Outros Lançamento Baixa de Bens do Intangível	21

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Propriedade Intelectual (PI) – Contabilidade	14
-----------------	--	-----------

APRESENTAÇÃO

Os Ativos Intangíveis são considerados na atualidade um dos componentes de maior representatividade no patrimônio das organizações públicas e privadas. Uma das formas mais eficientes de controlar esses ativos é por meio da contabilidade. Ademais, para que seja possível evidenciar de forma apropriada esses intangíveis, a contabilidade precisa dispor de informações completas, claras e relevantes. De posse desses dados, serão aplicados procedimentos e técnicas que permitam registrar, controlar, evidenciar e disponibilizar informações tempestivas para tomada de decisões.

Com o advento das Leis de Propriedade Industrial e de Inovação, o governo brasileiro buscou incentivar o desenvolvimento, a pesquisa e a inovação PD&I no país. A partir desse momento, as ICTs públicas por meio dos seus pesquisadores, alunos e colaboradores, passaram a figurar como um dos principais atores na produção de ativos de PI no cenário nacional. Mas, apesar disso, as ICTs, enfrentam dificuldade em evidenciar em suas Demonstrações Contábeis (DCs) as PIs (ativos intangíveis) produzidos internamente.

A gestão organizacional é um processo contínuo, para que se possa ter sucesso é preciso estabelecer as melhores estratégias, estabelecendo planos e metas que busquem direcionar o desenvolvimento das diversas competências necessárias com vista a alcançar os objetivos pretendidos pela entidade. Produzir e gerir, ativos de PI é uma tarefa extremamente complexa (Nascimento, 2021). Nesse sentido, desenvolver todas as habilidades que são necessárias para suprir a lacuna da falta de reconhecimento e evidenciação nas DCs das ICTs dos ativos de PI gerados internamente tem o propósito de demonstrar os prováveis benefícios futuros e o potencial de serviços que esses ativos podem gerar para a entidade. Além disso, possibilita que os gestores tenham informações tempestivas que vão auxiliar no planejamento das metas de investimento em novos projetos de PD&I.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. CONCEITOS INICIAIS.....	07
3. PROCEDIMENTOS: ATIVO INTANGÍVEL GERAÇÃO INTERNA.....	10
4. ETAPAS PARA REGISTRO.....	12
4.1. Fase de Pesquisa.....	12
4.2. Fase de Desenvolvimento.....	13
4.3. Reconhecimento Inicial.....	15
4.4. Amortização.....	17
4.5. Mensuração Após o Reconhecimento Inicial.....	18
4.6. Desreconhecimento (BAIXA).....	20
4.7. Divulgação/Evidenciação.....	22
4.8. Considerações Finais.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

1. INTRODUÇÃO

A Cartilha procedimentos básicos para identificação e registros dos ativos intangíveis gerados internamente no Instituto Federal da Bahia (IFBA) tem a finalidade de orientar todos (as) servidores que diretamente estão envolvidos na produção, identificação, registro, controle e evidenciação de ativos de PI (intangíveis) gerados internamente no IFBA.

Com base nesse contexto, esta Cartilha tem como objetivo apresentar os procedimentos e técnicas contábeis que devem ser adotados pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA) para mensurar, registrar e evidenciar os Ativos de Propriedade Intelectual (PI) (intangíveis). O intuito é assegurar e atender aos requisitos normativos estabelecidos pela Lei 4.320/76, Decreto nº 93.872, MCASP 10ª edição bem com a NBC TSP 08 ativo intangível, promovendo uma correta evidenciação do patrimônio da entidade, além de auxiliar no processo contábil (disclosure), de todos os ativos intangíveis gerados pelo IFBA.

A adoção desses procedimentos visa mitigar problemas relacionados aos registros de PIs nas DCs da ICT, promove a conformidade com as normas, melhora os indicadores de resultado das ICTs e atende aos princípios que regem a administração pública, principalmente o da publicidade, transparência, eficiência e eficácia.

2. CONCEITOS INICIAIS

Para compreender os procedimentos apresentados nesta cartilha, é fundamental conhecer alguns conceitos/definições conforme estabelece a NBC TSP 08 (CFC, 2017), Macrofunção 020345 (STN, 2021) e o MCASP (STN, 2023):

Amortização: é a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da vida útil dele.

Ativo Intangível: são direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Destaca-se por ser um ativo não monetário, sem substância física, identificável,

controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Benefícios econômicos futuros: possibilidade de os recursos esperados serem utilizados para:

- i) gerar entradas de caixa para a entidade; ou
- ii) reduzir saídas de caixa para a entidade.

Desenvolvimento: é a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da produção comercial ou do uso do ativo.

Mensuração: é a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

Pesquisa: é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento científico ou técnico.

Potencial de serviços: capacidade de um recurso controlado por uma entidade contribuir para a oferta de bens e serviços públicos, de acordo com a finalidade da entidade. O objetivo primordial não é gerar fluxos de caixa para a entidade e sim gerar prestação de serviços ou bens públicos à sociedade.

Reavaliação: é a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil.

Redução ao valor recuperável (impairment): é a redução nos benefícios econômica futuros ou no potencial de serviços de um ativo, adicional e acima do

reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente, ou seja, acima do que normalmente se reconhece por meio da depreciação.

Valor Bruto Contábil: é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

Valor Realizável Líquido: é a quantia que a entidade do setor público espera obter com a alienação ou a utilização de itens de inventário quando deduzidos os gastos estimados para seu acabamento, alienação ou utilização.

Valor Recuperável: é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação (preço líquido de venda), ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, estimado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente por meio de taxa de desconto (valor em uso), o que for maior.

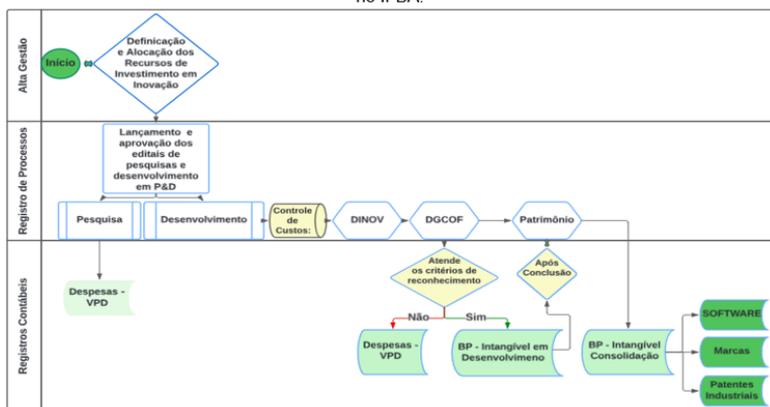
Valor Residual: é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica (após baixa da depreciação, amortização ou exaustão) deduzida os gastos esperados para sua alienação.

Vida útil econômica: é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios econômicos futuros de um ativo.

3.PROCEDIMENTOS: ATIVO INTANGÍVEL GERAÇÃO INTERNA

O objetivo deste capítulo é apresentar um fluxograma que sirva de orientação para todos os departamentos, setores e colaboradores envolvidos no processo de registro, mensuração, controle e evidenciação de ativos intangíveis gerados internamente. Para isso, foi desenvolvido um modelo de fluxo de informação que poderá ser utilizado pela ICT/IFBA no planejamento, registro, controle, evidenciação e divulgação desses ativos intangíveis em suas Demonstrações Contábeis, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Fluxograma para Registro, Controle e Evidenciação de Intangíveis Produzidos Internamente no IFBA.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI), em conjunto com o DINOV e coordenações realizam o planejamento dos projetos que serão aprovados para pesquisa, desenvolvimento e inovação PD&I em cada exercício, essas ações estão presente no Plano de Metas Institucional (PMI).

Para que a informação chegue à contabilidade de forma tempestiva, é preciso que desde a concepção do planejamento, passando pela sua aprovação, execução e controle, sejam estabelecidos todos os critérios mínimos a serem observados pelos profissionais envolvidos nos projetos de PD&I desenvolvidos internamente pelo IFBA em cada exercício (NASCIMENTO, 2021; FERREIRA, 2019).

Deste modo, todos os projetos aprovados precisam conter informações no sentido de direcionar a execução e a prestação de contas em cada etapa. Logo, informações como: gastos com investimentos, custos com insumos, mão de obra (horas dedicadas pelos pesquisadores) e despesas gerais, a exemplo das taxas de registro e manutenção no INPI, precisam chegar de forma ordenada, transparente e tempestiva ao DGCOF, possibilitando seu correto registro, gerenciamento e evidenciação, respeitando inclusive o princípio da competência (NASCIMENTO et al., 2024).

Na fase de **pesquisa** todos os gastos incorridos são classificados como despesas do período, conforme determina a NBC TSP 08 itens 52 a 54 e item 4.2.2.6 da macrofunção 020345, ou seja, são registrados como variação patrimonial diminutiva. Nessa fase, não é possível demonstrar a existência de prováveis benefícios futuros ou potencial de serviços para a entidade (CFC, 2017; STN, 2021; 2023).

4. ETAPAS PARA REGISTRO

4.1. Fase de Pesquisa

Etapa 1 – O responsável pela execução do projeto de pesquisa envia via Sistema Eletrônico de Informação (SEI) os documentos fiscais que comprovem a entrega do material/insumos, adquiridos e utilizados no desenvolvimento do projeto com seu devido ateste para que seja registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Etapa 2 – Execução: realiza a liquidação no SIAFI conforme procedimentos descritos a seguir e demonstrado na figura 2.

Tipo de Lançamento a ser utilizada no SIAFI WEB para REGISTRO:

NP – Nota de Pagamento.

1 – Aba Dados Básico:

Figura 2: Registro de Despesa Fase de Pesquisa.

The screenshot shows the SIAFI WEB interface for recording a document. The main form is titled 'Incluir Documento Móvel - INCDH'. It contains the following information:

- Document Details:**
 - Código de UO Emitente: 01000
 - Nome da UO Emitente: UNIV. FED. DO RIO DE JANEIRO
 - Município: 37043 (RJ)
 - Ano: 2024
 - Tip de Documento: NP
 - Título: NOTA DE PAGAMENTO
 - Número DDI: -
- Navigation Tabs:**
 - Principais Bases
 - Principal Com Orçamento
 - Principal Sem Orçamento
 - Dedução
 - Encargo
 - Código
 - Despesa a Anular
 - Outros Lançamentos
 - Compartilha
 - Outros de Pagamento
 - Centro de Custo
 - Resumo
- Data Entry Table:**

Código da UO Pagadora	Nome da UO Pagadora	Balanço de Origem
100000	UNIV. FED. DO RIO DE JANEIRO	CFR-076
- Document Summary Table:**

Data de Emissão Contábil	Data de Vencimento	Taxa de Câmbio	Processo	Atas	Valor do Documento
20/11/2024	20/11/2024	0.0000	23042.002062024.24	20/11/2024	1.000,00
- Document Origin Table:**

Documento	Data de Emissão	Número Doc. Origin	Valor
	20/11/2024	NP-0001	1.000,00
Total			1.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2 – ABA: Principal com Orçamento, Código: DSP101 – Aquisição de Materiais para Estoque. Conforme demonstrado na figura 3.

Figura 3: Lançamento da Aba Principal com Orçamento.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4.2. Fase de Desenvolvimento

Na fase de **desenvolvimento**, conforme estabelece o item 4.2.2.1 da macrofunção 020345, é preciso identificar a existência do ativo intangível e se esse ativo tem capacidade de gerar benefícios futuros ou potencial de serviços para entidade (Ministério da Fazenda, 2021).

Sendo assim, a entidade precisa demonstrar se o ativo resultante da fase de desenvolvimento é capaz de:

- i. Demonstrar viabilidade técnica e se o mesmo pode ser vendido ou utilizado internamente;
- ii. Demonstrar como esse ativo pretende gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para a entidade se ele for produzido para utilização interna;
- iii. Demonstrar a disponibilidade de recursos financeiros e técnicos no montante adequado para concluir e utilizar o ativo intangível; e
- iv. Capacidade de mensurar todos os gastos, custos e despesas atribuíveis ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento (CFC, 2017, STN, 2021; 2023).

Nessa fase é importante a interação entre os diversos atores, em especial o

DINOV. Sendo o DINOV o departamento responsável pelo gerenciamento da política de inovação, e, por conseguinte o responsável por avaliar a potencialidade de todas as PIs produzidas internamente, é fundamental estabelecer um canal efetivo de comunicação com a DGCOF no intuito de proporcionar um gerenciamento efetivo de todas as informações vinculadas aos projetos de PIs em fase de desenvolvimento no âmbito interno do IFBA. Para tanto, visando gerenciar algumas informações ligadas a PI sugere-se a utilização do fluxo apresentado na figura do quadro 2.

Quadro 1: Propriedade Intelectual (PI) – Contabilidade.

Responsável/ Campus pelo Ativo Intangível	Número de Registro - INPI	Objeto 1-Software 2-Marcas 3-Patente Descrever:	É Identificável?		É Controlado pelo IFBA		Benefícios Econômicos Futuros ou Potencial de Serviços		Vida Útil		Se de Vida Útil Definida, Qual o Prazo?
			SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Essas informações permitirão a DGCOF e Coordenações avaliarem se o projeto cumpre todos os requisitos estabelecidos pelos itens 55 a 62 da NBC TSP 08, item 4.2.2.6 da macrofunção 020345 e pelo MCASP vigente, no que se refere aos critérios de reconhecimento. Se a contabilidade avaliar que os critérios de reconhecimento não foram atendidos, todos os gastos serão registrados como despesa na VPD do período. Contudo, se todos os critérios forem atendidos, todos os custos com o desenvolvimento do ativo serão registrados no subgrupo de ativo intangível em desenvolvimento conforme demonstrado a seguir.

Tipo de Lançamento a ser utilizada no SIAFI WEB para REGISTRO:

PA – Lançamentos Patrimoniais.

1 – Aba Dados Básico:

Preencher com os dados da Nota Fiscal (NF) de acordo com a Figura 4:

Figura 4: Registro de Ativo Intangível em Desenvolvimento Geração Interna Aba Dados Básicos.

Incluir Documento Híbrido - INCDH

Código de US Emitente: 10040 Nome de US Emitente: INST. FED. DO BARRA-CAMPUS VALENÇA Mês: MAR/2024
 Ano: 2024 Tipo de Documento: PA Título: LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS Número DI: -

Dados Básicos Outros Lançamentos Centro de Custo Resumo

Código de US Pagadora: 10040 Nome de US Pagadora: INST. FED. DO BARRA-CAMPUS VALENÇA Sistema de Origem: CPB/STB
 Data de Emissão Contábil: 20/11/2024 Data de Vencimento: 20/11/2024 Taxa de Câmbio: 0.0000 Processo: 23402.90209/2024-24 Alíquota: 20/11/2024 Valor do Documento: 1.000,00
 Código de Crédito: - Nome de Crédito: -

Doc	Documento	Data de Emissão	Número Doc. Origem	Valor
		20/11/2024	NF-0001	1.000,00
Total				1.000,00

Documentos Híbridos Relacionados

Observação: Registrarão de ingresso sem carga de material para desenvolvimento de projeto, contratação e nome de prestação e número por prestação no processo, geração de ativo intangível, matéria número 000000, unidade SF número 100000.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2 – ABA: Outros Lançamentos, Código: INT033 – Apropriação de Bens Intangíveis Por Geração Interna. Conforme demonstrado na figura 5:

Figura 5: Lançamento da Aba Outros Lançamento Geração Interna.

Incluir Documento Híbrido - INCDH

Código de US Emitente: 10040 Nome de US Emitente: INST. FED. DO BARRA-CAMPUS VALENÇA Mês: MAR/2024
 Ano: 2024 Tipo de Documento: PA Título: LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS Número DI: -

Dados Básicos Outros Lançamentos Centro de Custo Resumo

Código de US Pagadora: 10040 Nome de US Pagadora: INST. FED. DO BARRA-CAMPUS VALENÇA Sistema de Origem: CPB/STB
 Data de Emissão Contábil: 20/11/2024 Data de Vencimento: 20/11/2024 Taxa de Câmbio: 0.0000 Processo: 23402.90209/2024-24 Alíquota: 20/11/2024 Valor do Documento: 1.000,00
 Código de Crédito: - Nome de Crédito: -

Doc	Documento	Data de Emissão	Número Doc. Origem	Valor
		20/11/2024	NF-0001	1.000,00
Total				1.000,00

Documentos Híbridos Relacionados

Observação: Registrarão de ingresso sem carga de material para desenvolvimento de projeto, contratação e nome de prestação e número por prestação no processo, geração de ativo intangível, matéria número 000000, unidade SF número 100000.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4.3. Reconhecimento Inicial

Após a conclusão do intangível ele será transferido do grupo ativo intangível em desenvolvimento conta contábil 1.2.4.2.1.01.06 para o grupo ativo intangível consolidado conta contábil 1.2.4.2.1.01.01. Nesse momento, o ativo intangível será registrado inicialmente pelo custo de produção.

Tipo de Lançamento a ser utilizada no SIAFI WEB para REGISTRO:

PA – Lançamentos Patrimoniais.

1 – Aba Dados Básico:

Preencher com os dados do ativo intangível gerado internamente conforme demonstrado na imagem 6:

Figura 6: Reconhecimento Inicial Ativo Intangível Geração Interna – Transferência.

The screenshot shows the SIAFI WEB interface for registering an intangible asset. The 'Dados Básico' tab is active, displaying the following information:

- Incluir Documento HÁBI - INCDH**
- Código de UG Emitido:** Nome da UG Emitido: INST FIED DA BARRACAMPUS VALENÇA; Modal: REG. (R)
- Ano:** 2024; **Tipos de Documento:** PA; **Título:** LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS; **Número DI:** -
- Origem de Documento de Origem:**
 - Código de UG Pagadora:** Nome da UG Pagadora: INST FIED DA BARRACAMPUS VALENÇA; Sistema de Origem: CPA-SIT
 - Data de Emissão Contábil:** 20/11/2024; **Data de Vencimento:** 20/11/2024; **Taxa de Câmbio:** 0,0000; **Processo:** 23442/REG/2024-24; **Anexo:** 20/11/2024; **Valor do Documento:** 1.000,00
 - Código de Criador:** Nome do Criador: []
- Dados de Documentos de Origem:**

Existente	Data de Emissão	Número Doc. Origem	Valor
[]	20/11/2024	MF 00011	1.000,00
			Total: 1.000,00
- Documentos Hábitos Relacionados:**

Existente	Número Doc. Hábitos Relacionados
[]	[]

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2 – ABA: Outros Lançamentos, Código: INT033 – Apropriação de Bens Intangíveis Por Geração Interna. Conforme demonstrado na figura 7:

Figura 7: Lançamento da Aba Outros Lançamento Apropriação de Intangível Geração Interna.

The screenshot shows the SIAFI WEB interface for registering an intangible asset under 'Outros Lançamentos'. The 'Dados Básico' tab is active, displaying the following information:

- Incluir Documento HÁBI - INCDH**
- Código de UG Emitido:** Nome da UG Emitido: INST FIED DA BARRACAMPUS VALENÇA; Modal: REG. (R)
- Ano:** 2024; **Tipos de Documento:** PA; **Título:** LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS; **Número DI:** -
- Outros Lançamentos:**
 - Descrição:** Nome da Situação: APROPRIAÇÃO BENS INTANGÍVEIS POR GERAÇÃO INTERNA
 - Código:** INT033
 - Conta de Intangível:** []
 - Valor:** 1.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4.4. Amortização

Após o reconhecimento inicial, o intangível será integrado ao patrimônio da entidade, e por consequência, passará a sofrer as devidas amortizações periódicas, conforme determina os itens 96 a 107 da NBC TSP 08, neste caso, para os intangíveis classificados com de vida útil definida conforme demonstrado abaixo.

Tipo de Lançamento a ser utilizada no SIAFI WEB para REGISTRO:

PA – Lançamentos Patrimoniais.

1 – Aba Dados Básico:

Preencher com os dados do intangível, conforme modelo da figura 8:

Figura 8: Registro de Amortização Ativo Intangível com Vida Útil Definida.

The screenshot shows the SIAFI WEB interface for recording an amortization. The main form is titled 'Incluir Documento Hábil - INCDH'. It contains several tabs: 'Dados Básico' (selected), 'Dados Lançamento', 'Dados de Custo', and 'Histórico'. The 'Dados Básico' tab is divided into three sections:

- Document Information:**
 - Código de US Externo: 10040
 - Nome do US Externo: INST FED DA BANCA/CAMPUS VALENÇA
 - Município: RIO DE JANEIRO
 - Ano: 2024
 - Tipo de Documento: PA
 - Título: LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS
 - Número DI: -
- Accounting Information:**
 - Código de US Papeteria: 154465
 - Nome do US Papeteria: INST FED DA BANCA/CAMPUS VALENÇA
 - Sistema de Origem: CFB-SPV
 - Conta de Estado Contábil: 28110204
 - Data de Vencimento: 31/03/2024
 - Tipo de Câmbio: R.000
 - Processo: 2349.002/0000204.04
 - Alíquota: 3610204
 - Valor do Documento: 0,00
- Origin Documents Table:**

	Entidade	Data de Emissão	Número Doc. Origem	Valor
-	154465	28/11/2024	AMORTIZAÇÃO-0161	0,00
Total:				0,00

At the bottom, there is a 'Documentos Hábil Relacionados' section with a table for related documents and a 'Observação' field.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2 – ABA: Outros Lançamentos, Código: INT001 = Apropriação da Amortização dos Bens Intangíveis - do Exercício. Conta contábil a ser movimentada:

1.2.4.8.1.02.00 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES.

Figura 9: Lançamento da Aba Outros Lançamento Apropriação de Amortização.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Outras situações que podem ser utilizadas para apropriação da amortização dos bens conforme o caso:

Código: INT007 = Apropriação da Amortização de Bens Intangíveis-Ajuste de Exercícios Anteriores, contas contábeis a serem movimentadas:

1.2.4.8.1.02.00 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES.

1.2.4.2.1.02.01 - MARCAS E PATENTES INDUSTRIAIS.

Código: INT023 = Reversão da Amortização - Ajuste de Exercícios Anteriores, contas contábeis a serem movimentadas:

1.2.4.8.1.02.00 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES.

1.2.4.2.1.02.01 - MARCAS E PATENTES INDUSTRIAIS.

Obs.: Seguir a mesma orientação presente nas figuras 8 e 9 conforme o caso.

4.5. Mensuração Após o Reconhecimento Inicial

Após o reconhecimento inicial e a realização da valoração conforme técnica estabelecida pelo IFBA (FERREIRA, 2019; SANTOS et al., 2024), o valor do ativo intangível deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, conforme estabelece nos itens 74 a 86 da NBC TSP 08 e item 6 da macrofunção 020345, sendo utilizado os seguintes procedimentos:

Tipo de Lançamento a ser utilizada no SIAFI WEB para REGISTRO:

PA – Lançamentos Patrimoniais.

1 – Aba Dados Básico:

Preencher com os dados do intangível conforme modelo da figura 10:

Figura 10: Registro de Reavaliação Ativo Intangível.

Incluir Documento H&Bil - INCDH

Código de UG Emitente: 15845 Nome da UG Emitente: INST FED DA BAHIA/CAMPUS VALENÇA Moeda: REAL (R\$)
 Ano: 2024 Tipo de Documento: PA Título: LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS Número DI: -

Dados Básicos | Outros Lançamentos | Cuidado de Cuidado | Resumo

Dados de Lançamento

Código de UG Pagadora: 15845 Nome da UG Pagadora: INST FED DA BAHIA/CAMPUS VALENÇA Sistema de Origem: CPN-010
 Data de Emissão Contábil: 20/11/2024 Data de Vencimento: 20/11/2024 Taxa de Câmbio: 8,0000 Processo: 23442 3020202024-04 Asseto: 20/11/2024 Valor de Documento: 10.000,00

Dados de Documento de Origem

Documento de Origem	Valor de Documento	Total
15845	10.000,00	10.000,00
		Total
		10.000,00

Documentos H&Bil Relacionados

Observação: A reavaliação de bens intangíveis, após procedimento de avaliação de SE registrada no patrimônio do TPA, deverá ser:

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2 – ABA: Outros Lançamentos, Código: INT002 – Reavaliação de Bens Intangíveis a Maior – Do Exercício. Utilizar uma das seguintes contas:

1.2.4.2.1.01.06 - MARCAS, PATENTES E INOV. TECNOL. EM DESENVOLV; ou
 1.2.4.2.1.01.07 - PROCESSOS E INOVACOES TECNOLOGICAS.

Figura 11: Lançamento da Aba Outros Lançamento Reavaliação do Intangível.

Incluir Documento H&Bil - INCDH

Código de UG Emitente: 15845 Nome da UG Emitente: INST FED DA BAHIA/CAMPUS VALENÇA Moeda: REAL (R\$)
 Ano: 2024 Tipo de Documento: PA Título: LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS Número DI: -

Dados Básicos | Outros Lançamentos | Cuidado de Cuidado | Resumo

Resumo

Situação	Nome do Documento	Valor de Documento	Total
<input type="checkbox"/> Situação: INT002 - REAVALIAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS A MAIOR - DO EXERCÍCIO		1.000,00	
Situação: INT002 - REAVALIAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS A MAIOR - DO EXERCÍCIO			
Normal/Estorno	CPF, CPF UG 999	Conta Contábil de Referência	Valor de Itens: 1.000,00
Normal	15845	1.2.4.2.1.01.01	

Observação: A reavaliação de bens intangíveis, após procedimento de avaliação de SE registrada no patrimônio do TPA, deverá ser:

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Outras situações que podem ser utilizadas para reavaliação dos bens conforme o caso:

Código: INT005= Reavaliação de Bens Intangíveis - Ajuste de Exercícios Anteriores, conta a ser utilizada:

1.2.4.2.1.01.07 - PROCESSOS E INOVACOES TECNOLOGICAS.

Código: INT014= Reavaliação de Bens Intangíveis a Menor do Exercício, conta a ser utilizada:

1.2.4.2.1.01.01- Marcas e Patentes Industriais.

4.6. Desreconhecimento (BAIXA)

Nos casos de baixa por desreconhecimento a unidade deve aplicar os procedimentos previstos nos itens 111 a 116 da NBC TSP 08 e item 7 macrofunção 020345, sendo utilizada as seguintes situações:

Tipo de Lançamento a ser utilizada no SIAFI WEB para REGISTRO:

PA – Lançamentos Patrimoniais.

1 – Aba Dados Básico:

Preencher com os dados do intangível conforme modelo da figura 12:

Figura 12: Registro de Desreconhecimento Baixa Ativo Intangível.

The screenshot shows the SIAFI WEB interface for recording a 'Desreconhecimento Baixa Ativo Intangível'. The form is titled 'Incluir Documento Hábil - INCDH' and contains the following fields and data:

- Código de US Emitente:** 1564HS
- Nome de US Emitente:** INST FED DA BARRACAMPUS VALENÇA
- Muníc:** REAU (RS)
- Ano:** 2024
- Tipo de Documento:** PA
- Título:** LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS
- Número DI:** --

Below the main form, there are sections for 'Dados de Documentos de Origem' and 'Documentos Hábil Relacionados'.

Dados de Documentos de Origem:

Existem	Data de Entrada	Número Doc. Origem	Valor
<input type="checkbox"/>	20/11/2024	REAU INT XXXX	10 000,00
			Total
			10 000,00

Documentos Hábil Relacionados:

Número Doc. Hábil Relacionado
<input type="checkbox"/>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Outras situações que podem ser utilizadas para reavaliação dos bens conforme o caso:

Código: INT005= Reavaliação de Bens Intangíveis - Ajuste de Exercícios Anteriores, conta a ser utilizada:

1.2.4.2.1.01.07 - PROCESSOS E INOVACOES TECNOLOGICAS.

Código: INT014= Reavaliação de Bens Intangíveis a Menor do Exercício, conta a ser utilizada:

1.2.4.2.1.01.01- Marcas e Patentes Industriais.

ABA: Outros Lançamentos, Código: INT028 - Para Baixa de Bens Intangíveis de Vida Útil Definida por Desuso ou Obsolescência. Conforme demonstrado na figura 13.

Figura 13: Lançamento da Aba Outros Lançamento Baixa de Bens do Intangível.

The screenshot displays the SIAFI system interface for creating a document. The header includes the SIAFI logo and the text 'ESTR. RUCSA - Companhia UC-16888'. The main title of the form is 'Incluir Documento Hábil - INCDH'. The form contains several input fields: 'Código de UG Emitente' (INT028), 'Nome da UG Emitente' (RUCSA CAMPUS VALENÇA), 'Município' (RUCSA), 'Ano' (2024), 'Tipo de Documento' (PA), 'Título' (LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS), and 'Número DI' (-). Below these fields, there are tabs for 'Situação', 'Outros Lançamentos', 'Centro de Custo', and 'Resumo'. The 'Situação' tab is active, showing 'INT028 - BAIXA DE BENS INTANGÍVEIS DE VIDA ÚTIL DEFINIDA POR DESUSO OU OBSOLESCÊNCIA'. There is a 'Valor' field with the value '1.000,00'. At the bottom, there is an 'Observação' field and two buttons: 'Confirmar' and 'Cancelar'.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Outras situações que podem ser utilizadas para baixa de intangíveis conforme o caso:

INT024 - Baixa de Bens Intangíveis Decorrente de Ajustes de Exercícios Anteriores, conta a ser utilizada:

1.2.4.2.1.01.01- Marcas e Patentes Industriais.

2.3.7.1.1.03.00 – Ajustes de Exercícios Anteriores.

4.7. Divulgação/Evidenciação

Todas as entidades do setor público devem divulgar informações pormenorizadas para cada classe de ativos intangíveis, separando os ativos intangíveis gerados internamente dos demais intangíveis. Sendo necessário, observar os itens 117 a 127 da NBC TSP 08 em conjunto com o item 8 da macrofunção 020345.

Ademais, para que o processo de reconhecimento, registro, evidenciação e divulgação ocorram de forma ordenada, é preciso atender aos requisitos aqui descritos com os demais normativos estabelecido pela STN, CFC e demais órgãos de controle. Atualmente, são disponibilizadas no SIAFI-WEB 41 situações que podem ser utilizadas para promover o controle dos ativos intangíveis, ficando a cargo de cada unidade avaliar qual situação é mais adequada para sua realidade.

Caso a unidade disponha de sistema de gestão patrimonial que permita registrar e controlar os ativos intangíveis, recomenda-se que o fluxo estabelecido na figura 1 seja seguido. Tal fato facilitará o atendimento das normas em vigor além de favorecer o controle dos ativos intangíveis pertencentes ao IFBA.

4.8. Considerações Finais

A presente cartilha não pretende sanar todas as dúvidas que pesam sobre ativos intangíveis, mas sim estabelecer os critérios mínimos para identificação, registro, controle, evidenciação e divulgação dos ativos intangíveis gerados internamente pelo IFBA conforme estabelece a NBC TSP 08, macrofunção 020345 e MCASP 10ª edição. Sugere-se ainda, o alinhamento entre o DINOV e DGCOF/IFBA para que em conjunto com o departamento/setor de patrimônio, estabeleçam um canal de comunicação que facilite o fluxo de informações e utilização dos demais procedimentos e normas direcionadas à PD&I no âmbito do IFBA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Manual SIAFI Web. Secretaria do Tesouro Nacional (Macrofunção 02 03 45 – Ativos Intangíveis). Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/siafi/020345>. Acesso em: 10 out. 2024

CFC. NBC TSP 08 – Ativo Intangível. [2017]. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP08.pdf>. Acesso em: 06 out. 2024.

Conselho Federal de Contabilidade. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público : NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Publicação eletrônica. [56] p. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº. 9.283, de 07 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art.24, § 3o, e o art. 32, § 7o, da Lei no 8.666 [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 01 nov. 2024.

FERREIRA, A. R. F. Valoração de Propriedade Intelectual para a negociação e Transferência da Tecnologia: Um estudo aplicado sobre metodologias para a valoração de patentes – o caso NIT/IFBA. 2019. 150f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Salvador, 2019. Acesso em: 20 out. 24.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL (STN). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 10 ed, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setorpublico-mcasp/2024/26> . Acesso em: 10 out. 2024.

NASCIMENTO, Rosana de Jesus S. A Contabilidade Pública como Elemento Estratégico na Gestão dos Ativos de Propriedade Intelectual nas Instituições Científicas e Tecnológicas Públicas: Um estudo nos Institutos Federais da Região Nordeste. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação). Instituto Federal da Bahia. 2021.

NASCIMENTO, R. de JS; SOUZA, ALR de; SILVA, MVD de C.; FREY, IA; LOPES, JM; RODRIGUES, L. da SM; RIBEIRO, MAC O papel estratégico de contabilidade pública junto aos NITs como suporte à transferência de tecnologia: a gestão dos ativos de propriedade intelectual nas instituições científicas tecnológicas (ICTs) públicas. Caderno Pedagógico , [S. l.] , v. 3, pág. e3412, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n3-201. Disponível em: [BRASIL. Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.](http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/l4320.htm) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 15 set. 2024.

[BRASIL. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Manual SIAFI Web. Secretaria do Tesouro Nacional \(Macrofunção 02 03 45 – Ativos Intangíveis\).](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/siafi/020345) Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/siafi/020345>. Acesso em: 10 out. 2024

[CFC. NBC TSP 08 – Ativo Intangível. \[2017\].](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP08.pdf) Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP08.pdf>. Acesso em: 06 out. 2024.

Conselho Federal de Contabilidade. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público : NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Publicação eletrônica. [56] p. Disponível em:https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº. 9.283, de 07 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art.24, § 3o, e o art. 32, § 7o, da Lei no 8.666 [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 01 nov. 2024.

FERREIRA, A. R. F. Valoração de Propriedade Intelectual para a negociação e Transferência da Tecnologia: Um estudo aplicado sobre metodologias para a valoração de patentes – o caso NIT/IFBA. 2019. 150f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Salvador, 2019. Acesso em: 20 out. 24.. Acesso em: 05 de nov. 2024.

SANTOS, L. A.; SOUZA, A. L. R. de; MARTINS, L. O. S.; TROCOLI, R. O. Metodologias de avaliação de investimento como suporte à decisão ex-ante e ex-post no desenvolvimento de patentes em icts públicas brasileiras: um estudo sobre a perspectiva da redução de risco de stranded patents. Caderno Pedagógico, [S. l.], v. 21, n. 4, p. e3838, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n4-114. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3838>. Acesso em: 06 nov. 2024.

GUIA SOBRE:

**PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA IDENTIFICAÇÃO E REGISTROS
DE ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE NAS ICTS.**

LEGISLAÇÃO

1 - BASE LEGAL:
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.
2 – BASE ADMINISTRATIVA:
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) (STN, 2023).
SIAFI Manual Web - Marcofunção 020345 - Ativos Intangíveis (STN/SOF, 2021).
NBC TSP 08 – Ativo Intangível, de 22 de setembro de 2017.
NBC T 16.10 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público (Resolução CFC nº 1.137, de 21 de novembro de 2008, itens 32 a 34).
NBC T 16.9 Depreciação, Amortização e Exaustão (Resolução CFC 1.136, de 21 de novembro de 2008).
International Public Sector Accounting Standard IPSAS 31 – Intangible Assets.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia

AUTORES: EDISON SOUZA LESSA
ANDRÉ LUIS ROCHA DE SOUZA
MARIA VALESCA DAMÁSIO DE CARVALHO SILVA